

## **GLOBALIZAÇÃO E TURISMO: EFEITOS DA MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Gilsélia Lemos Moreira

Marcelo Viana Ramos

No limiar do novo século, época em que o mundo passa por intensas transformações decorrentes do processo de globalização - forma estruturante do capitalismo atual, que parece não ter fronteiras. O turismo emerge como fenômeno capaz de gerar profundas mudanças na organização sócio-espacial dos lugares onde ele se insere.

Isto porque, sua implementação está diretamente relacionada à existência de um espaço de atração, com elementos físico-naturais e sócio-culturais presentes e, sujeitos (o turista) com disponibilidade de tempo e recursos financeiros dispostos a consumir as potencialidades desse espaço.

Com isso, o espaço entra no circuito da troca e ganha um destaque progressivo ao se tornar elemento estratégico para a dinamização econômica através do turismo. Inaugurando um movimento que vai do espaço de consumo ao consumo do espaço. (CARLOS, 1999). Dentro deste escopo, o turismo é capaz de provocar mudanças em todas as dimensões: social, política, cultural, ambiental e, sobretudo econômica, posto que aflora como um dos principais segmentos econômicos em nível mundial.

Apenas para exemplificar só no Brasil a atividade turística corresponde a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) e já se tornou, segundo a EMBRATUR (2000), o terceiro segmento da pauta de exportações do país. Além disso, movimenta outros 52 setores da economia gerando um faturamento de US\$ 25,8 bilhões, através das viagens de 45 milhões de brasileiros e 5,3 milhões de turistas estrangeiros que visitam o país e, emprega aproximadamente seis milhões de pessoas no Brasil.

Mais do que nunca o turismo pode ser designado como uma atividade com

grandes significados econômicos. Seus rumos e direções estão orientados para a obtenção de lucros, geração de riquezas e a satisfação dos consumidores que alimentam o sistema de produção/consumo.

Nessa vertente de raciocínio é inegável o processo de mercantilização do espaço na organização do turismo como fenômeno de produção espacial. Por vezes, vislumbra-se no turismo uma alternativa para alimentar o desenvolvimento econômico, principalmente de lugares que viram suas economias se estagnarem ou em outros que buscam alavancar seu desenvolvimento econômico. Neste afã em fazer do turismo uma opção de “salvação” da economia, apressa-se um processo de mudanças nem sempre desejado principalmente em termos ambientais. Com isto, consolida-se também a noção do turismo como “indústria sem chaminés”, isto é, que não degrada o meio ambiente.

No presente trabalho focaliza-se o papel do turismo no processo de reprodução do espaço urbano litorâneo. Como referência empírica, utiliza-se o desenvolvimento do turismo na Bahia a partir dos anos de 1990, particularmente no Sul do Estado, na chamada região do cacau, onde a cidade de Ilhéus é o referencial urbano mais tradicional. O recorte analítico temporal focado nos anos 90 do século XX se deve ao fato de que até esta década a lavoura cacauzeira se constituía a base econômica da região sul do estado da Bahia.

No entanto, uma forte crise no setor de exportações devido entre outros fatores à queda de preços do cacau no mercado externo, e um desequilíbrio no ecossistema cacauzeiro, provocaram a desestabilização do sistema produtivo causando assim, sérios impactos na economia local, levando a região à estagnação econômica.

Com a desestabilização desse setor, o turismo teria se tornado um dos principais vetores de desenvolvimento da economia local. Exercendo um papel relevante no processo de reprodução do espaço urbano. Resta saber quais alterações o desenvolvimento do turismo tem provocado na organização sócio-espacial da cidade de Ilhéus? Que novas centralidades estão surgindo em decorrência desse processo? E seus possíveis efeitos sobre o território.

Portanto, dada à abrangência e rapidez com que o fenômeno turístico se consolida nos espaços urbanos litorâneos, torna-se relevante o aprofundamento da análise crítica das transformações nos espaços onde o turismo se insere. Os caminhos para essa análise parecem estar centrados no desvendamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Este deverá ser o ponto de partida dessa análise. Para tanto, se faz necessário um breve resgate da evolução histórica do(s) elemento(s) que confere(m) tanto a lavoura cacauera quanto ao turismo um importante papel no sistema produtivo regional.

## 1.0. O CACAU E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL: UMA BREVE LEITURA SÓCIO-ECONÔMICA DA CIDADE DE ILHÉUS.

### 1.1 Um pedaço da história.

A cidade de Ilhéus que data do século XVI, quando o rei D. João III criou as capitanias hereditárias, se localiza na região Sul do estado da Bahia e encontra-se distante da cidade de Salvador, capital do estado, cerca de 465 Km, pela BR (101). Seus prédios, Igrejas e casarões que datam dos séculos XVI, XVII e XVIII representam um misto de simbolismo e poder dos coronéis na construção da civilização do cacau e conferem à paisagem urbana rara beleza arquitetônica.

A população do município está estimada em 244 mil habitantes. Destes, 144 mil compõem a população urbana, (IBGE, 2000). O potencial cultural do município está nos mais de 80 km de praias com coqueirais selvagens, além de florestas, estuários, rios, dunas e manguezais aos quais se soma o vasto potencial histórico-cultural, por conta do descobrimento e do período colonial, e por todo um legado da saga do cacau, internacionalmente divulgado pelos romances de escritores como Jorge Amado e Adonias Filho.

A topografia da cidade é bastante irregular, caracteriza-se por duas grandes feições geomorfológicas: um conjunto de elevações constituídas por morros e encostas e a parte baixa formada por uma planície litorânea, separada do

continente pelos rios Cachoeira, Almada e Fundão. O clima de Ilhéus, segundo a classificação Köpen, é Af, representativo de um clima quente e permanentemente úmido de floresta. Sua temperatura média anual é superior a 24°C. No mês mais frio, a média é superior a 21°C, característico de clima quente. (CRA, 1994, p. 10).

A rede hidrográfica é representada pelas bacias dos rios Cachoeira, Almada e Santana, além de pequenos cursos d'água que desembocam diretamente no mar. Ao norte se localizam as praias do São Miguel, do São Domingos, Juerana, Barra Nova, Tulha, Mamoan e Ponta do Ramo. Ao sul estão localizadas as praias dos Milionários, uma das mais movimentadas; Curupe, Backdoor, Olivença, Canabrava e Acuípe.

Do ponto de vista geológico, Ilhéus é caracterizada pela ocorrência de terrenos muito antigos, formados de rochas cristalinas de alto grau de metamorfismo. Os solos do município foram formados sob abundante precipitação de temperaturas elevadas e estão enquadrados entre os solos ferruginosos e ferralíticos das regiões tropicais.

As condições de solo e clima da região foram determinantes no cultivo da lavoura cacauera, cujas plantações foram se estendendo a tal ponto que, já nos fins do século XIX, constituíam-se no motor de engrenagem da econômica do sul baiano (BRITO, 2000, p. 52). A cultura do cacau foi rapidamente absorvida pelo mercado externo, proporcionando muita riqueza e conseqüentemente vindo a tornar-se à base da economia regional. Fato que muito contribuiu para acelerar o processo de urbanização da cidade de Ilhéus.

Segundo Lima (1998) toda uma infra-estrutura urbana foi montada para atender aos interesses dos fazendeiros e exportadores do cacau. Os empreendimentos compreendiam desde a construção da ferrovia Itabuna/Ilhéus até a ampliação do Porto e das rodovias vicinais. Nesta fase, a lavoura ficou economicamente organizada. Deu-se início a industrialização do cacau com a fundação da "Cacau Industrial e Comercio S. A" - indústria pioneira em trabalhar com o processamento de cacau no Brasil (manteiga de cacau, torta e licor

destinados à exportação). Segundo Andrade, (2003), esta foi à fase da expansão e do apogeu do cacau.

Mas, se por um lado caracterizava-se a grande produção, comercialização e exportação de cacau, proporcionando muita riqueza na região. Por outro lado, aproximava-se a pior crise para a cacauicultura até aquele momento. Os problemas acumulados desde a crise de 1929 com a quebra da bolsa em Nova York provocaram sérias conseqüências para os produtores de cacau na região que já enfrentavam o esgotamento dos solos, as sucessivas pragas que assolavam as plantações e a conseqüente queda dos níveis da produtividade econômica.

Além, da falta de apoio do Estado que até aquele momento não havia desenvolvido nenhuma política pública de incentivo ao desenvolvimento agrícola. Reservando-se apenas a cobrança de tributos, apesar do Brasil ocupar o primeiro lugar na produção mundial de cacau e do sul da Bahia ocupar o segundo lugar, suplantado apenas por Gana, na África Ocidental. (ANDRADE. 2003 p.93).

A falta de recursos dos produtores já descapitalizados e endividados geraram grandes dificuldades financeiras na região. A partir daí o governo se viu “obrigado” a dar amparo à lavoura cacauzeira, por meio de medidas de emergência, a exemplo de financiamentos e infra-estrutura para viabilizar o escoamento da produção. Para tanto, abriram-se novas estradas, foram construídas pontes, realizaram melhorias no sistema de transporte, com a criação da Companhia de Viação Sul Baiana S. A (SULBA), criou-se a Estação Geral de Experimentação em Água Preta (município de Uruçuca), entre outros.

Apesar de tais esforços do governo do Estado a produção foi bastante reduzida e os preços no mercado internacional muito baixos. Soma-se a tudo isto, a grande evasão de recursos da região. Os grandes produtores investiram seus lucros fora da cidade de Ilhéus. A crise da produtividade se ampliou e o governo federal resolveu criar a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) com o objetivo de recuperar e racionalizar a lavoura. Para tanto, foram estabelecidas linhas especiais de crédito para os produtores

endividados. Buscou-se desenvolver estudos e pesquisas com objetivo de ampliar modernas tecnologias na recuperação das lavouras.

No entanto, as crises cíclicas somadas ao desinteresse dos produtores em diversificar a produção, a expansão da cacauicultura no sudeste da Ásia (Indonésia e Malásia) com a alta produtividade e um desequilíbrio no sistema cacauero, provocou a queda de preços do cacau principalmente no mercado externo gerando sérios impactos sobre a economia regional.

A crise afetou o principal parque industrial da região. Em Trevizan e Marques (2004), retrata-se como várias indústrias que processavam as amêndoas do cacau ou que comercializavam a matéria prima, nesse município, fecharam, provocando desemprego nos setores rural, urbano e de serviços. Isto levou a região à estagnação econômica e um rápido empobrecimento da classe média regional e da classe trabalhadora.

Segundo Brito (2000, p.41) “o número de empregos diretos e indiretos sofreu uma rápida redução de 400 mil para apenas 150 mil, gerando tensões sociais no campo e na cidade num período de apenas dez anos”.

Com o declínio da lavoura cacauera, o turismo passou a ser apontado como solução para a estagnação econômica da região. Desde então, a iniciativa privada com apoio do Estado através de programas voltados para o planejamento e a exploração do turismo vem atuando na região.

Segundo Carlos (1997 p.15), no Brasil os governos, Federal, Estadual e Municipal com ajuda e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criaram vários organismos voltados para a ordenação e planejamento do turismo no país. Dentre os quais se destacam a EMBRATUR (Decreto nº 55, de 18/11/66), autarquia especial vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, com sede e fórum em Brasília, e jurisdição em todo o território nacional, tendo por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo através de planejamentos e indicação de obras necessárias.

Em nível regional o destaque é para Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE I, II), que abrange diversos setores, desde infra-estrutura básica, projetos de qualificação de mão-de-obra, até a implantação de complexos turísticos. Esse programa surgiu de uma parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil - BNB - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujo objetivo geral é a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de sua atuação.

O PRODETUR tem como meta o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e a capacitação gerencial para estados e municípios. Na Bahia este programa é coordenado pela Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), órgão oficial de turismo da Bahia, responsável pela coordenação e execução de políticas de promoção, fomento e desenvolvimento do turismo no Estado e atua de acordo com as diretrizes governamentais.

O objetivo do PRODETUR/NE é o incremento do turismo regional, através da captação de recursos privados para ampliação e modernização do parque hoteleiro existente na Bahia. Um melhor aproveitamento de suas potencialidades redefinindo o espaço territorial baiano através do “desenvolvimento sustentável” das regiões com potencial turístico, ou seja, melhorar a qualidade de vida da população regional, através da geração de emprego e renda, melhoria da qualidade dos serviços urbanos e do meio ambiente (BAHIATURSA, 1992).

Além do PRODETUR/NE, foi criado o PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo no ano de 1992. Desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT - adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. Segundo Donaire (1998), “este modelo de turismo inclui a participação de todos os agentes que intervêm no processo turístico - os profissionais do turismo, as comunidades locais, as associações comunitárias e outros agentes econômicos e políticos”.

Ainda nos anos de 1990 foi criado o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, objetivando conscientizar os municípios sobre o fato de que, somente possuir atrativos e potencial turístico não seria suficiente para que o turismo se consolidasse como atividade econômica. Nesta perspectiva o turismo veiculava como instrumento de desenvolvimento, ou seja, geração de empregos e renda, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e histórico/cultural.

Foi nesta mesma década que o turismo passou a ser visto como atividade estratégica para o desenvolvimento da economia baiana e, a partir de então, o Estado adotou um planejamento detalhado para o seu sucesso. Em razão disso, a Secretaria da Cultura e Turismo ficou com a função de planejar e captar recursos para financiamentos e investimentos privados, e a BAHIATURSA passou a exercer um papel operacional, fornecendo estudos e estatísticas, cursos de treinamento de mão-de-obra, campanhas de “Marketing” entre outros.

Mesmo que a crise financeira atingisse diversos países, o turismo se manteve como uma atividade resistente frente às adversidades, demonstrando uma capacidade de adaptabilidade e de rápida recuperação do cenário econômico. A idéia de desenvolvimento localizado se fortalecia ideologicamente na perspectiva da estabilização econômica através do turismo - uma atividade que se apresenta lucrativa e geradora de riqueza em escala mundial.

Este contexto gerou a idéia de redenção econômica, principalmente para os lugares que passavam por uma estagnação econômica e apresentavam características que indicavam a possibilidade de desenvolvimento das atividades turísticas. No entanto, a prática do turismo demanda infra-estrutura adequada para atender as exigências impostas pela lógica do mercado turístico (hotéis, pousadas, aeroportos, vias de acesso, saneamento básico), entre outros. Para suprir essa demanda, o meio físico funciona como importante matéria-prima, embora não a única. Conseqüentemente, sofre alterações em suas características naturais, A isso,



certamente se juntam às intervenções no cotidiano da comunidade local e os aumentos da degradação progressivos destes espaços.

De maneira muito rápida, o turismo vem se consolidando como principal atividade econômica em várias cidades litorâneas da Bahia. Ilhéus é uma delas. Após a crise que se abateu sobre a lavoura cacaeira, dizimada nos anos de 1990. O turismo despertou como vocação natural da cidade, impulsionado pela iniciativa privada, com o apoio do Estado.

Desde então, o poder público tem realizado ações pontuais no que se refere à implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento do turismo na cidade de Ilhéus. Resta saber quais alterações o desenvolvimento do turismo vem provocando na configuração sócio-espacial da cidade. Que novas centralidades estão surgindo em decorrência desse processo? E seus possíveis efeitos sobre o território.

## 2.0 O TURISMO: UM BREVE RESGATE DA EVOLUÇÃO E DO CARÁTER GLOBAL DESTA ATIVIDADE.

Segundo França (2003, p.25), uma análise do processo histórico do turismo permite afirmar que foi no século XIX, em pleno desenvolvimento da revolução industrial e do capitalismo liberal, que COOK, no ano de 1841, estabeleceu uma relação direta entre o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, com fatores tais como: hospedagem e alimentação de qualidade. A partir daí surgiu a atividade turística propriamente dita.

Mas, se o turismo não é uma atividade recente, qual seria então o elemento novo capaz de conferir a esta atividade hoje, um papel tão importante no setor produtivo? O elemento novo, a partir do final do século XX, é o processo de mundialização do capital (IANNI, 1996). Essa análise remete-nos a uma discussão sobre a evolução do sistema capitalista a partir do final dos anos de 1920.

Após a crise de 1929 o modelo de desenvolvimento fordista que aos poucos passou a dominar nos países de tecnologia avançada - Estados Unidos, Japão e

boa parte da Europa, incluiu a produção em série nas fábricas de automóveis do empresário norte-americano Henry Ford. Com isso, as unidades produtivas atraíram umas às outras.

As cidades se transformaram em grandes manchas urbanas. Surgiram novos bairros residenciais e distritos industriais com o apoio e incentivos estatais. As metrópoles, com seus centros de negócios e de decisões constituídos pelas sedes sociais das grandes empresas incorporaram os municípios vizinhos.

Surgiram grandes regiões urbanizadas - as megalópoles que se formaram entre duas ou mais metrópoles devido à polarização que tais centros que exerciam um certo controle sobre as pequenas e médias cidades que se encontravam ao seu redor. Intensos fluxos de pessoas e mercadorias integraram o conjunto formado por essas cidades.

O comércio se intensificou em quase todas as cidades assim, como os transportes, as comunicações e os serviços de um modo geral. As redes urbanas se tornaram mais densas. Ampliaram-se as universidades e os centros de pesquisas e diversificaram-se as atividades culturais e de lazer. Essa forma de organização da produção e do trabalho reorganizou o espaço geográfico. No entanto, após um período próspero de acumulação de capitais, o modelo industrial baseado no fordismo passou a dar sinais de um quadro crítico.

Harvey (1993), observa que após a profunda recessão de 1973 deu-se início uma série de processos que vieram a solapar o modelo fordista do pós-guerra. Dentre os quais se pode citar: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação de produção; a intensificação das lutas sociais com greves e manifestações de rua.

Em oposição ao modelo fordista, tomou impulso o método japonês de produção flexível conhecido como toyotismo numa referência à empresa japonesa Toyota. Com a produção flexível também chamada de produção enxuta surgiu a terceirização, as grandes empresas repassaram para as pequenas e médias empresas subcontratadas um certo número de atividades. Com isso, ocorreu a redistribuição dos investimentos de capital produtivo e especulativo e,

conseqüentemente a redistribuição espacial do trabalho. Harvey, (1993 p. 140), chama este novo processo de acumulação flexível e, afirma que este se caracteriza pelo:

surgimento de setores de produção inteiramente novos e, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Segundo Evangelista (1990) a partir desta análise é possível inferir que o espaço passou a ter novas formas de gestão, atuando em diferentes escalas. Os espaços militarizados, muito próprios da Guerra Fria, dão lugar a configurações territoriais onde o que vale vem a ser a competitividade, possibilidade de recursos e iniciativas.

Assim diz ele:

É a época não mais das lutas entre nações, mas dos lugares. Assim, se no nível global, há um processo de coesão, fusão de empresas, formatação de blocos econômicos que induzem a idéia de uma unificação; em nível local, no entanto, ocorre um processo de fragmentação decorrente de disputas, já que cada lugar deixa de contar com esferas intermediárias de poder para fazer valerem os seus interesses e passa a contar com suas próprias condições para alavancar o seu crescimento.(Apud, HENRIQUES, 1993).

Segundo Carlos (1997), nesse processo de alcance mundial o turismo como toda atividade econômica centrada nas relações de troca confere aos lugares onde se insere o valor da troca em detrimento do valor de uso. Assim o turismo se manifesta de várias formas. Ao mesmo tempo em que é bem de produção, é também um bem de consumo. Enquanto bem de produção, se beneficia da infra-estrutura básica implantada no território urbano ou em qualquer outro território

que se vincule à atividade turística.

Enquanto bem de consumo, se beneficia do potencial natural e cultural, apresentado pelo lugar. Em outras palavras o turismo cria outra finalidade para o espaço, este passa a ser um lugar de consumo, ou seja, o consumo do próprio espaço. Dentro deste escopo a cidade pode ser entendida como peça fundamental na estrutura deste sistema espacial.

Estudos revelam que em vários lugares do mundo, as cidades se constituem os principais sítios turísticos, e em especial as grandes metrópoles (HENRIQUES, 1993). A cidade de Tóquio no Japão concentrava nos finais dos anos de 1970, cerca de dois terços das dormidas efetuadas na hotelaria japonesa. No mesmo período no Reino Unido só a capital britânica captava aproximadamente cerca de 60% das receitas totais do turismo estrangeiro naquele país. (PEARCE, 1987: p.179. Apud HENRIQUES, 1993). Estimou-se que em meados do decênio de 1980 só Paris receberia um terço do total dos turistas estrangeiros chegados anualmente na França. ((TUPPEN, 1988: p.188 Apud HENRIQUES, 1993)).

Cidades inteiras são transformadas com o objetivo precípua de atrair turistas. Os espaços onde antes compreendiam os cenários naturais (praias, dunas, florestas), as grandes construções e os monumentos históricos arquitetônicos. São, dotados de infra-estrutura (transportes, hotéis, restaurantes), entre outros. Além disso, são criados roteiros onde os diversos conjuntos arquitetônicos adquirem importância semelhante à dos ambientes naturais uma vez que ambos são produtos de uma temporalidade, como é o caso da “exploração” das ruínas de civilizações antigas (Maia; Inca; Egípcia;).

Adiciona-se a isto a profissionalização das atividades e a crescente exigência dos visitantes que refletiram na necessidade de mudança também dos aspectos fisionômicos dos centros urbanos, especialmente no que se refere à infra-estrutura e equipamentos (objetos criados e/ ou adaptados para o turismo).

Essa na artificialização dos lugares descaracteriza o sentido originário de sua existência, sendo produzido um outro lugar para atender à racionalização da atividade turística, (CARLOS, 1996).

Na visão de Donaire (1998), esse processo é tão abrangente a ponto de transformar alguns lugares em verdadeiras metáforas da aldeia global. Nesses lugares veiculam uma ideologia do reconhecível e do discurso impositivo, estruturando uma tematização que se apresenta como um resumo do mundo em pacote vendável, (planificados e concebidos integralmente). Além disso, provoca, de um lado, “o sentimento de estranhamento – para os que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para atividade turística – e, de outro, transforma tudo em espetáculo [...]”.(CARLOS: 1996, p: 26).

Surge aquilo que Shields (1991 p.63) chama de “espaços-à-margem”, porque não estão sujeitos ao espaço preexistente, tampouco mantêm relação com a realidade que os envolve. Como exemplo se pode citar o Complexo Turístico Sauípe (um espaço produzido artificialmente para atender as necessidades do mercado turístico), situado no pequeno município de Mata de São João na Bahia que data de 1846, (século XIX). Mata de São João conta com uma população estimada em pouco mais de 30 mil habitantes e uma área total de aproximadamente 683,5 quilômetros quadrados.

O Complexo Turístico Sauípe localizado em uma área de preservação ambiental quase do tamanho da cidade de Mônaco tem uma área total de um milhão setecentos e vinte quilômetros quadrados. O complexo conta com quatro resorts e uma vila que parece uma cidade cenográfica de entretenimento com seis pousadas temáticas. Os temas nos quais as pousadas foram idealizadas tratam da história da Bahia, de personagens do Estado e da cultura baiana.

Como exemplo se pode citar uma pousada construída no meio de um coqueiral, que reproduz uma vila de pescadores. Com casinhas decoradas em

relevo de massa, numa referência às influências africana e moura. A busca por esses lugares criados artificialmente pode ser explicada pelo que segundo Ferrara (1994, p.49) chama-se “imaginário global”. Na compreensão de Ferrara (1994) o imaginário global leva a uma padronização espacial que cria uma sensação de igualdade nos ambientes que são visitados. “Esteja onde estiver, visualmente as referências estéticas são sempre as mesmas”.

Outro exemplo a ser citado é o complexo turístico de Cancun - Localizado na costa leste da Península de Yucatan no México. A beleza natural e o clima quente e muito pouco chuvoso de Cancun fizeram com que o governo mexicano nos idos dos anos de 1970 tivesse escolhido esta pequena vila de pescadores do Golfo do Yucatão para a tornar no maior complexo turístico do México.

A ilha é como uma língua de areia em forma de boomerang, estando ligada ao continente por duas pontes situadas nas extremidades da ilha, formando-se assim uma pequena lagoa entre a ilha e o continente denominada Nichupt que serve de apoio logístico à pequena ilha fronteira onde se situam todos os hotéis e Acapulco o maior e mais tradicional balneário do México, oferece todos os tipos de atividades características das grandes metrópoles e uma completa estrutura hoteleira.

Meethan (2001) chama a isto como um processo de modificação e consumo dos espaços, típico do capitalismo moderno, enquanto Ateljevic e Doorne (2002) revelam que no discurso de configuração e reconfiguração dos espaços para o turismo, é possível identificar, uma teia de relações sociais e estrutura de poder.

Embora Gottdiener (1999, p. 200) entenda que os espaços possam ser pensados como produtos de articulações políticas e que as articulações entre forças políticas e forças ideológicas sejam importantes na produção dos espaços, freqüentemente, essas forças não deixam explícitos os interesses de grupos ligados ao poder, nas entrelinhas do discurso utilizado na configuração de espaços.

Como se pode observar o poder público, através de articulações políticas, exerce um importante papel no processo de reprodução do espaço urbano.

Em termos concretos, o turismo efetiva-se, com maior expressão nas cidades litorâneas, já que o litoral constitui-se num fator de atratividade das atividades turísticas, não só na Bahia como em todo o Nordeste, como se quisesse continuar reproduzindo uma antiga sociedade cujos interesses estivessem voltados para além do mar. As conseqüências desse crescimento podem ser percebidas através das transformações na configuração espaço territorial das cidades.

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre cidade - realidade presente, imediata, dado pratico, sensível, arquitetônico e, o urbano - realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. (LEFEBVRE. 1991 p. 49). Nessa vertente de raciocínio cidade e urbano se definem como a totalidade sócio-espacial fundamentada no desenvolvimento de relações que envolvem diferentes sujeitos num processo contínuo e dialético. Portanto, são indissociáveis.

A vida nas cidades, em decorrência da concentração urbana, da agitação e da poluição, geralmente provoca o anseio de espaço, de natureza e do mar, iniciando o que segundo Madruga (1992), chama-se litoralização efetiva. Essa litoralização, fruto do processo de ocupação dos espaços litorâneos, principalmente em função do turismo, cria outra finalidade para o território, a praia deixa de ser um lugar de trabalho para ser um lugar de lazer e consumo.

Segundo Corbin, (1989), o litoral adquiriu importância não apenas como meio natural, mas também como fator econômico e social. Atualmente o litoral tem sido objeto de pressões causadas pela ocupação desordenada. O afluxo de turistas para o litoral tem provocado uma ocupação desordenada dos sítios litorâneos, devido a uma ocupação extensiva do espaço, com implantação de infra-estruturas viárias, comerciais e de lazer, freqüentemente avançando para o mar.

Em todo o Nordeste o crescimento das atividades turísticas tem sido reflexo do processo de valorização dos litorais tropicais e das políticas públicas de turismo adotadas para a região, principalmente nos anos de 1990. Esta situação pode ser constatada em ambientes urbanos do litoral baiano a exemplo de Porto Seguro.

Rodrigues (1997) chama a atenção para os problemas decorrentes da ocupação e a exploração dos espaços litorâneos em função do turismo. Ela afirma que a urbanização turística desordenada tem trazido muitos problemas às comunidades locais, como conflitos sociais, devido à questão da posse da terra, mudanças no padrão de comportamento e a agressão ao meio ambiente, causando danos ao espaço urbano e à qualidade de vida das populações locais.

Além disso, os investimentos capitalistas para o desenvolvimento do turismo nas regiões litorâneas raramente são acompanhados de um planejamento que vise a gestão território-ambiental dos espaços. Com isso, se encobre a contradição que existe a partir dos interesses diferenciados de classes conflitantes [...] dissimulando as contradições no interior do processo de reprodução do espaço urbano. (CARLOS, 1990, p. 26).

Lefebvre (1974) ainda adverte que no plano institucional as contradições aparecem entre os planos gerais do planejamento e os projetos parciais dos mercadores do espaço. Dentro desta perspectiva, a satisfação das necessidades humana só pode ocorrer numa relação de total subordinação ao capital-trabalho (CARLOS, 1994). Assim o processo de reprodução espacial envolve, nesse sentido, uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados.

Dentro deste escopo, entender o espaço do ponto de vista da reprodução sócio-espacial significa antes de tudo, pensar, no seu cotidiano, buscar entender o homem como ser individual e social no seu modo de viver, de agir, e de pensar.

Todo esse elenco de discussões embasa a necessidade de inserir nessa



análise a questão da contidianeidade. Segundo Damiani (1997), a contidianeidade é criada também pelo modo de produção, não lhe é alheia nem marginal [...] O cotidiano como simulacro da vida plena assim modelado, permite ao modo de produção funcionar. Assim diz, Carlos (1900, p. 26), as contradições explodem na vida cotidiana no plano da apropriação do espaço, em que os usos se deparam com a raridade dos lugares no espaço para a reprodução do capital.

De acordo com Moreira (2003) é importante incluir nessa análise a influência de fatores culturais. Uma vez que, segundo Santos, (1997 p. 64), relações de produção e elementos culturais não podem ser vistos desvinculadamente, pois cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponderá a um estágio de desenvolvimento cultural da produção do espaço. Santos (1994) ainda argumenta que o componente cultural – da informação, dos costumes, dos valores – não podem ser esquecidos nesse processo.

Segundo Linton (1967 p. 24), a cultura também influencia a percepção do indivíduo e, conseqüentemente, seu comportamento no ambiente em que vive. Esse comportamento é refletido na maneira de ver, perceber e sentir o lugar. Para as populações urbanas, o contato físico com a natureza é cada vez mais indireto e possui um caráter, na maioria das vezes, contemplativo. Isso envolve sentimentos, valores, crenças, símbolos e significados de cada indivíduo (TUAN 1980, p.130).

Nesse sentido, as formas de contato estabelecido com o espaço dependerão das necessidades individuais ou coletivas de cada indivíduo, as quais podem surgir sob certas condições, ou seja, condições de sobrevivência, reflexo da estrutura de organização de uma sociedade em constante processo de reprodução. Assim, a cultura abrange a construção de uma racionalidade, na qual os símbolos, os significados, os valores e as crenças moldam a percepção de cada indivíduo e se manifesta materialmente na sua relação com o espaço reproduzido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno global, com expressões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, que lhe confere um papel importante no processo de reprodução do espaço. À medida que evoluíram os aspectos: político, econômicos, sócio - culturais e tecnológicos da sociedade capitalista, evoluiu a atividade turística, enquanto atividade econômica ligada a frações da burguesia comercial e financeira.

Chegou-se assim, ao chamado turismo organizado, destinado a um mercado consumidor que se amplia nas diferentes sociedades ou países. Assim, o lazer é transformado em mercadoria e vendido em pacotes turísticos. O que significa uma nova forma de acumulação do capital.

Diante do exposto, se pode afirmar que, o turismo, enquanto atividade econômica sempre esteve ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Seus rumos e direções foram orientados para a obtenção de lucros, geração de riquezas e satisfação dos consumidores que alimentam o sistema de produção e de consumo.

Por esta razão, o turismo é por vezes associado ao modelo de “desenvolvimento sustentável”, principalmente, em lugares onde a economia atravessa períodos de estagnação. Nesse processo, o turismo vai produzir e reproduzir espaços elitizados para atender as necessidades das classes que podem comprar o lazer uma vez que transfere valor aos patrimônios natural e cultural dos lugares.

Em termos concretos o turismo efetiva-se, com maior expressão nas cidades. Especialmente nas cidades litorâneas. Uma vez que, são espaços privilegiados de atração, serviços e produções culturais que cada vez mais atraem visitantes.

O turismo nas cidades litorâneas cresce a cada dia motivado pela infraestrutura urbana no litoral, elementos que se constituem em fatores de atratividade das atividades turísticas. A grande cidade é singular, oferece um espetáculo diferenciado, centraliza uma série de possibilidades que criam um

grande poder de sedução.

No entanto, as conseqüências podem ser percebidas através das rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento das cidades. De modo geral, muitos são os impactos que afetam os espaços turísticos. Embora essa discussão não se constitua objetivo desse trabalho, buscaram-se elementos para a compreensão da relação turismo/espaço urbano como parte de um processo contínuo e dialético, tão logo em reprodução. São elementos de natureza externa e interna. Decorrentes dos novos processos produzidos na economia mundial: a globalização, a mundialização do capital e a estrutura produtiva na escala local e global.

Vale ressaltar, que não se trata de descartar o turismo enquanto fonte de desenvolvimento dada à importância desse fenômeno no setor produtivo. A intenção é contribuir, acima de tudo, com o debate acerca da relação turismo/espaço urbano. Discussão que deve refletir a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso e, revelar o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço. Bem como seus efeitos no cotidiano dos sujeitos que atuam no processo geral de reprodução do espaço e da vida.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Palma. Ilhéus: passado e presente. Salvador: BDA-BAHIA, 1996.

ATELJEVIC, Irena and DOORNE, Stephen. "Representing New Zealand Tourism Imagery and Ideology". *Annals of Tourism Research*, 29(3): 648-667, 2002.

BAHIATURSA, Empresa de Turismo da Bahia. Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia. Salvador, 2002.

BRITO Ana Leonor Monteiro de. Alguns aspectos da decadência da lavoura cacaueteira. 2000. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia), Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia, 2000.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA. Diagnóstico Ambiental da Cidade de Ilhéus. Ilhéus: CRA/SEPLANTEC, 1994.

CORBIM, Alain. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CARLOS, A.F.A., A natureza do espaço fragmentado, in: SANTOS, M; SOUZA, M.A. de SILVEIRA, M. L. (org.) Território. Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. Espaço-tempo na metrópole. A fragmentação da vida cotidiana. . São Paulo: Contexto, 1996.

DONAIRE, J.A. “La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales”. Sociedade e Território. Nº 28. Agosto. Porto: 55-68. 1998

FERRAZ, Joandre Antônio. Regime jurídico do turismo. São Paulo: Papyrus, 1999.

FRANÇA, Ronaldo Maia. Geopolítica, meio ambiente e o turismo na península Itapagipana – Revista turismo: São Paulo, Jan/ 2003

GOTTIDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1997.

HENRRQUES, Eduardo Brito. A Lisboa turística: entre o imaginário e a cidade. A construção de um lugar turístico urbano. São Paulo. Ed. Colibri, 1996.

IBGE, Censo Demográfico 2000. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 20 de junho de 2002.

IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. Espace et Politique. Paris Anthropos , 1974.p.273-8

LINTON, Ralph. Cultura e personalidade. São Paulo: Mestre Jou.1967

LIMA, Vânia. A saga do cacau. Salvador: FACOM/ UFBA, 1998. Disponível em <http://www.ufba.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2002.

LINTON, Ralph. Cultura e personalidade. São Paulo: Mestre Jou.1967

MACEDO, Ítalo Oliveira. Caracterização socioeconômica da população do bairro Teotônio Vilela. 2001.68p Trabalho de conclusão de curso (graduação em economia) – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, Bahia 2001.

MADRUGA, Antônio, M. Litoralização da Fantasia de Liberdade à Modernidade Autofágica. Dissertação de Mestrado – São Paulo- USP, 1992.

MEETHAN, Kevin. Tourism in Global Society: Place, Culture, Consumption. Palgrave: Houndmills, United Kingdom. 2001.

MOREIRA, Gilselia L. A degradação sócio-ambiental na construção do espaço urbano: um estudo de caso no sul da Bahia. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento regional e Meio ambiente da universidade Estadual de santa Cruz- (UESC), Ilhéus Bahia. 2003

OLIVEIRA, Rachel Aparecida de. Desenvolvimento Turístico E Transformações Sócio-Espaciais: O Caso De Itapema/Sc. Dissertação de mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do vale do Itajaí (UNIVALI), São Paulo, 2002.

PETROCCHI, Mario. Turismo planejamento e gestão, São Paulo, Futura. 2002

KOHL, Dieter Hans Bruno. Porto Belo: sua história, sua gente. 2. ed. Blumenau: Odorizzi, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 55-62.

SANTOS, M., SANTOS, M., SOUZA, M. A. de SILVEIRA, M. L. O retorno do território. Território. Globalização e fragmentação, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_ Metamorfose do espaço habitado. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SHIELDS,R. Places on the margin. Alternative geographies of posmodernity. London: Routledge. Places on the margin. 1998

TREVIZAN, S. D. P. . Mudanças no Sul da Bahia Associadas à Vassoura-de-bruxa do Cacau. In: 12ª Conferência Internacional do Cacau, 1999, Salvador, BA. A Eficácia da Produção e a Qualidade do Cacau no Século XXI. Lagos, Nigéria : Cocoa Producers Alliance, 1996. v. 1. p. 1109-1116.

TREVIZAN, S. D. P. ; MARQUES, M. . Impactos Socioeconômicos da Crise do

Cacau: Um Estudo de Comunidade-Caso. *Agrotropica*, Ilhéus, BA, v. 14, n. 3, p. 81-92, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores no meio-ambiente*. São Paulo: Diefel, 1980.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3.Ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.